



Nações Unidas
CABO VERDE
Juntos na acção

PLANO ANUAL DE TRABALHO «ONE UN» 2015



Nações Unidas
CABO VERDE
Juntos na acção

Plano Anual de Trabalho «ONE UN» 2015

PILAR	ORÇAMENTO 2015 (USD)	%
PILAR I - Crescimento Inclusivo e Redução da Pobreza	3,139,836.00	19.8
PILAR II - Consolidação das instituições, da democracia e da cidadania	5,697,096.00	35.8
PILAR III - Redução das desigualdades e promoção da equidade	1,602,414.00	10.1
PILAR IV - Sustentabilidade Ambiental e adaptação à mudança climática	5,454,710.00	34.3

Agência	Orçamento (USD)	%
FAO	1,970,219.00	12.4
OIM	214,400.00	1.3
OIT	662,758.00	4.2
OMS	508,831.00	3.2
ONU Mulheres	313,327.00	2.0
ONU DC	410,000.00	2.6
ONUDI	2,080,543.00	13.1
ONUHABITAT	365,000.00	2.3
PAM	142,000.00	0.9
UNCTAD	300,000.00	1.9
UNDP	6,033,842.00	38.0
UNFPA	1,200,538.00	7.6
UNICEF	1,622,600.00	10.2
UNV	69,998.00	0.4
TOTAL	15,894,056.00	100.0



Nações Unidas
CABO VERDE
Juntos na acção

Plano Anual de Trabalho	2015		
PILAR I	Crescimento Inclusivo e Redução da Pobreza		
Agência Líder	FAO		
Agência Co-Líder	ONUDI		
Agências Participantes	Agência	Orçamento (USD)	%
	UNCTAD	300,000.00	9.6
	FAO	934,821.00	29.8
	ONUDI	736,767.00	23.5
	UNDP	568,789.00	18.1
	UNICEF	50,000.00	1.6
	UNFPA	115,400.00	3.7
	OIT	345,059.00	11.0
	ONU Mulheres	89,000.00	2.8
TOTAL	3,139,836.00	100.0	
Parceiros Nacionais	MTIDE, MIREX, CNSAN, MDR, PLATAFORMA DAS ONG, MIEM, MAHOT, FICASE, ARFA, MESCI, MJEDRH, IEPF, CPE, DNP, ICIEG, REJOP, PATRONATOS, SINDICATOS, M CULTURA, ADEI, IGQPI, CLUSTER DO MAR, DG PASCAS, INDP, CM PRAIA, ARAP, MED		

Pelo Governo de Cabo Verde:

Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros

30/03/2015

Data

Pelo Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde:

Coordenadora Residente Nações Unidas

CABO VERDE
Juntos na acção

30/03/2015

Data

Plano de Trabalho 2015 'One UN'

PILAR 1 : Crescimento Inclusivo e Redução da Pobreza

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais 2015 (resultado esperado no fim do ano)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Recursos Core + Non-core) - PROVISÓRIO
Efeito 1.1: As políticas e programas nacionais de desenvolvimento e redução da pobreza apoiam a competitividade e um crescimento económico durável em favor das populações vulneráveis.					
1.1.1. A integração de Cabo Verde no sistema do comércio internacional é reforçada, com base no cumprimento dos acordos internacionais, e nas políticas e estratégias de competitividade.	<p>1.1.1.1. Reforço das capacidades dos Ministérios / instituições implicadas para o cumprimento com os compromissos da OMC, acordos internacionais sobre questões relacionadas com comércio, promoção dos investimentos, exportação e competitividade.</p> <p>1.1.1.2. Actualização do sistema de qualidade nacional: em consonância com os esforços a nível da CEDEAO e em estreita cooperação com o instituto de qualidade nacional, assistência técnica e apoio para desenvolver as regras de qualidade nacional e reforçar do quadro regulamentar, para facilitar uma maior integração da economia no sistema de comércio multilateral bem como para aumentar a protecção do consumidor no país.</p> <p>1.1.1.3. Assistência técnica para a definição e seguimento de estratégias comerciais e de exportação que contribuem para a criação de emprego e de um crescimento pró-pobre.</p> <p>1.1.1.4. Assistência técnica ao desenvolvimento do turismo durável, ecoturismo e o turismo natureza, conforme à estratégia de parceria público-privada para um turismo durável em Cabo Verde (2010-2015), incluindo gestão da marca de produtos «made in CV»</p>	UNCTAD	<p>1. A Comissão Nacional do Comércio é criada e funciona</p> <p>2. Governo de Cabo Verde e os parceiros nacionais responsáveis pelas questões económicas e financeiras são apoiados nas áreas da concorrência e promoção de investimentos, visando fomentar a integração de Cabo Verde no sistema de comércio internacional e favorecer o seu cumprimento dos compromissos da OMC e dos acordos internacionais e regionais que o país tem firmado</p> <p>3. Assistência técnica da CNUCED garantida no que diz respeito às questões de "pos-adesão" à OMC e o comércio de serviços (particularmente o módulo 4) (na sequência da graduação de Cabo Verde da classificação de país menos avançado e na sequência da adesão do país à OMC) é assegurada</p> <p>4. Assistência da CNUCED no que diz respeito às questões de concorrência é garantida</p> <p>5. É garantida a assistência da CNUCED no que diz respeito às questões de promoção de investimento, nomeadamente através do reforço do sistema actual da CNUCED de regulações electrónicas o que implica a actualização do banco de dados com novos documentos de procedimento afim de permitir a comparação dos procedimentos nacionais aos níveis regional e internaciona</p> <p>6. Assistência da CNUCED na Gestão do Comércio Externo (Janela Única do Comércio Externo) é assegurada.</p>	MTIDE	50,000
1.1.2 Políticas e estratégias baseadas em evidências são formuladas e seguidas, incluindo o reforço do quadro regulamentar e administrativo relevante, para melhorar o desempenho agrícola e industrial, promover o empreendedorismo e investimento em prol de um crescimento pró-pobre.	<p>1.1.2.1. Melhorar o ambiente de negócios para o desenvolvimento do empreendedorismo: reforçar a capacidade das instituições nacionais e locais na economia para implementar e monitorizar as medidas de reforma do ambiente de negócios, em particular para realizar funções regulamentares e administrativas, prestar serviços de qualidade para o sector privado de forma eficaz, eficiente e transparente e para melhor facilitar uma ampla visão das actividades empresariais em linha com o plano de acção para a reforma do ambiente de negócios.</p> <p>1.1.2.2. Promoção dos investimentos: capacitação da Agência de Promoção dos Investimentos para apoiar o investidor na tomada de decisão, contribuir para a formulação de políticas e</p>	FAO	<p>1. Plano de Acção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional -CONSAN elaborado</p> <p>2. Capacidade técnica do Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional-SENSAN reforçada</p> <p>3. Plano Estratégico de Apoio e Conselho Rural elaborado e validado</p> <p>4. Plano Estratégico da Investigação Agrária elaborado e validado</p>	CNSAN/MDR/Plat aforma das ONG's	70,000
				MDR	75,000

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais 2015 (resultado esperado no fim do ano)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Recursos Core + Non-core) - PROVISÓRIO
	<p>unificar as partes interessadas na promoção do investimento em volta de uma visão comum com base na evidência empírica.</p> <p>1.1.2.3. Competitividade industrial: apoiar para melhorar os formuladores de políticas e instituições relevantes na capacidade de acesso e utilização dos dados e informação, na formulação de políticas de planeamento e desenvolvimento industrial baseadas em evidências, promovendo o estabelecimento de um diálogo entre o sector público e privado, através do comité e outras actividades comuns.</p> <p>1.1.2.4. Agro-pecuário e Pescas: Apoio à realização de estudos e elaboração de planos e programas visando o aumento da produtividade e competitividade no sector agro-pecuário e das pescas, tal como o estabelecimento de parcerias público-privadas para promover o investimento e aplicação das normas</p> <p>1.1.2.5. Cultura e Industrias Criativas: Apoio técnico para a definição e seguimento de estratégias comerciais e de exportação de produtos musicais e artísticos</p>	<p>ONUDI</p>	<p>5. Quadro de Programação do País (CPP) 2012-2016 avaliado e revisto</p> <p>6. Estudo sobre o Sistema Nacional de Inovação realizado para melhorar a inovação industrial e aplicação da ciência, tecnologia e inovação em toda a economia</p> <p>7. Política Industrial elaborada e validada</p>	<p>MDR/MIEM/MAHOT/FICASE/ARF A/Plataforma ONG's</p> <p>MESCI</p> <p>MITIDE</p>	<p>36,100</p> <p>54,700</p> <p>72,000</p>
<p>1.1.3 Políticas e programas de crescimento sustentável e de redução da pobreza e vulnerabilidades, com atenção específica às mulheres e crianças são elaborados, implementados e monitorizados, com base em evidências.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao desenvolvimento institucional, organizacional e de recursos humanos para estudos prospectivos de longo prazo sobre sectores chave (emprego, dinâmicas da população, financiamento do sector social, incluindo a saúde e protecção social, espaço e sistema fiscal, acesso a serviços básicos) • Assistência técnica e institucional para a análise do impacto económico e social das políticas publicas sobre os mais vulneráveis e identificação de estratégias e programas alternativos de redução da pobreza e vulnerabilidade 	<p>UNDP</p>	<p>4. Relatório com indicadores sobre Emprego e formação profissional utilizando os dados do IMC 2014 produzido e disseminado;</p> <p>5. Estudo sobre o Mercado informal realizado e cenário para acção proposta;</p> <p>6. Capacidades institucionais e técnicas no domínio do emprego (IEFP, SMQ.) reforçado;</p> <p>7. Relatório com condições para a regulação das profissões no sector HRT validado com os parceiros sociais;</p> <p>8. Documento com propostas concretas de regulação das profissões de HRT submetido ao Governo para aprovação;</p> <p>9. Procedimentos e instrumentos para a implementação do RVCC definidos e disseminados;</p> <p>10. Sistema de recolha e gestão de informação da DGTE definido, testado e técnicos capacitados para a sua gestão;</p> <p>11. Sistema de gestão de emprego testado e implementado;</p> <p>12. profissionais do serviço de emprego a nível central e descentralizado sensibilizados para boas-práticas de serviço público de emprego a nível intertacional;</p> <p>13. 175 micro empresários capacitados e aptos a constituirem os seus negócios</p>	<p>MJEDRH/IEFP</p>	<p>543,789</p>

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais 2015 (resultado esperado no fim do ano)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core) - PROVISÓRIO
			<p>14. Legislação do Trabalho divulgada junto a empregadores e trabalhadores;</p> <p>15. Manual de Empregabilidade adaptado à realidade CV e agentes dos Centros de Emprego e Formação e dos Centros de Juventude capacitados para a sua implementação;</p> <p>16. Profissionais e dirigentes de instituições públicas e privadas informados e sensibilizados em matéria de empregos verdes, sustentáveis e trabalho decente;</p> <p>17. Jovens e comunidade geral sensibilizados para a empregabilidade e empreendedorismo, através de mensagens musicais produzidas pelos jovens e para os jovens;</p> <p>18. Potenciais micro-empresários e candidatos ao auto-emprego, jovens e mulheres, com os respectivos Planos de Negócio elaborados para efeitos de financiamento, na metodologia GERME/CREE; e Coaching TOT GERME realizado;</p> <p>19. "Conferência Nacional sobre o sector informal" realizada;</p> <p>20. Agentes públicos e privados informados acerca da metodologia WISE e da sua aplicação ao contexto nacional;</p>		293,059
		OIT			
		UNDP	21. Relatório sobre os objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) produzida;		25,000
		UNICEF	22. Mesa Redonda sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) realizada para a definição do pos 2015 e incorporação no sistema de planeamento, em parceria com a Direcção Nacional do Plano;	CPE DNP	50,000
		UNFPA	23. Relatórios do II Fórum de Transformação publicados;		
			24. Seis (6) foruns estratégicos para o aprofundamento de algumas recomendações do II forum de transformação realizados;		
			25. Capacidade institucional e técnica do CPE (formação e site informático operacional)		25,000
		ONU Mulheres	26. Necessidades de mulheres empreendedoras e mulheres rurais (perfil, atividades tipos, desafios e necessidades), avaliadas e mapeadas, mediante a exploração com uma abordagem de género dos dados produzidos pelo INE no Inquerito sobre o Sector Informal e do Censo Agrícola	ICIEG	21,000
		UNFPA	27. Análise das mudanças demográficas e suas implicações no processo de desenvolvimento a médio e longo prazo contendo opções políticas multi-sectoriais focalizadas na juventude realizada;	CPE	40,400
			28. Agenda ICPD divulgada	REIOP	50,000

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais 2015 (resultado esperado no fim do ano)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Recursos Core + Non-core) - PROVISÓRIO
Efeito 1.2: O setor privado, especialmente as MPMEs (micro, pequenas e médias empresas) em áreas urbanas e rurais, tem um melhor acesso aos mercados, aos serviços de assistência técnica e financeira e aumenta a sua competitividade e contribuição ao crescimento e emprego decente.					
1.2.1 As MPME's beneficiam de serviços de apoio melhorados, com enfoque nas mulheres e jovens, para uma contribuição reforçada ao crescimento, ao investimento social e ambientalmente responsável, e a geração de empregos decentes.	1.2.1.1. Investimento/Empreendimento - Reforçar a capacidade dos fornecedores de apoio ao desenvolvimento de negócios (BDS - Business Development Support) para garantir uma melhor qualidade e mais serviços de consultoria em melhoria da produtividade, modernização das empresas, eficiência colectiva e redes, desenvolvimento empresarial para as indústrias criativas de forma eficaz e sustentável, apoiar um número crescente de empresários e empresas, incluindo serviços especiais para as mulheres e a diáspora; 1.2.1.2. Assistência técnica para a identificação de soluções financeiras diversificadas, incluindo micro-finanças, fundo de capital de risco e a disponibilidade de dados para medir a inclusão financeira	OIT	1. Nota conceptual de um programa para a formalização da informalização concebida visando a advocacy e consciencialização para a formalização da economia informal; 2. Documento de formação, orientação e acompanhamento profissional a jovens artistas em Cabo Verde elaborado; 3. Processo de advocacy e consciencialização sobre oportunidades de criação de empregos verdes iniciado; 4. Seminário(s) de empregos verdes realizados; 5. Nota conceptual para uma iniciativa nacional de empregos verdes elaborada	MJEDRH Empregadores e sindicatos Ministério Cultura	22,000
1.2.2 As empresas do sector privado, nomeadamente as MPMEs, melhoram o cumprimento com normas internacionais para uma maior competitividade e acesso ao mercado.	1.2.2.1. Melhoria da qualidade da infra-estrutura - Fornecer assistência técnica, formação e apoio para o desenvolvimento nacional de infra-estruturas de qualidade e para os empresários, em particular as PMEs, a fim de desenvolver um organismo nacional de normalização e de apoio aos laboratórios na área de testes de peixe, em particular (São Vicente), bem como testes de alimentos em geral (Santiago) e para aumentar a sua compreensão às exigências do mercado internacional e padrões de qualidade ou regulamentos técnicos em geral. 1.2.2.2. Segurança alimentar em Cabo Verde: melhorar a saúde pública e segurança alimentar através de uma abordagem abrangente sobre as condições políticas e implementar níveis para o cumprimento dos compromissos assumidos por Cabo Verde no Acordo da OMC sobre medidas sanitárias e fitossanitárias;	ONU ONU	6. Fundo de Capital de Risco constituído e em funcionamento 7. Capacidades em elaboração de estudos de viabilidade reforçadas com a utilização da ferramenta da ONUDI Computer Model for Feasibility Analysis and Reporting (COMFAR)	MJEDRH, empregadores, MAHOT, MDR	30,000 17,000
1.2.3 As cadeias de valor de Agronegócios e as melhores práticas de produção, marketing e comercialização na agricultura, pecuária e pescas, são introduzidas e aplicadas para aumentar a produtividade e qualidade.	1.2.3.1. Aumentar a produção hidropónica de alimentos; 1.2.3.2. Melhorar as raças animais através da introdução e difusão de técnicas de inseminação artificial; 1.2.3.3. Melhorar e aplicar o controle integrado das principais pragas; 1.2.3.4. Planear e pilotar a acuicultura e melhorar o anioio a	ONU	1. Programa da Qualidade para a África Ocidental revisto, validado e implementação iniciada.	IGQPI (Instituto de Gestão da Qualidade e Propriedade Intelectual)	230,067
			1. Cinco Cadeias de Valor no Agro-negócio (Derivados de Leite, Mandioca, Banana, Papaia e Cana do Açúcar) identificadas e validadas no âmbito do Programa 3ADI (African Agribusiness and Agro-industry Development Initiative) 2. Cadeia de Valor para as Pescas e Transbordo de Pescas identificada e validada	MDR Cluster do Mar	120,000 30,000

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais 2015 (resultado esperado no fim do ano)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Recursos Core + Non-core) - PROVISÓRIO
	<p>pesca artesanal;</p> <p>1.2.3.5. Promoção dos alimentos são nos mercados municipais</p> <p>1.2.3.6. Instituições relevantes e empresas prioritárias do sector privado melhoram a implementação de valores integrados sensíveis ao género e desenvolvem as cadeias de fornecimento na área do agronegócio</p>		<p>3. Duas cadeias de Valor no Agro-negócio, visando a recuperação e a valorização das fileiras do café e da uva, são identificadas e validadas.</p> <p>4. Actividades de produção agrícola irrigada com recurso a técnicas de micro-irrigação de 37 famílias da zona Sul da ilha do Fogo, constituídas maioritariamente por mulheres chefes de família, retomadas, através de:</p> <p>5. Cerca de 4,2 ha de parcelas devidamente equipadas para produção hortícola e 5,3 ha equipadas para a produção frutícola;</p> <p>6. A produção e a capacidade técnica dos agricultores da zona sul do Fogo é reforçada, e o Centro Pos-Colheita de Monte Barro é aprovisionado com frutas e legumes frescos.</p>	MDR/ADEI	80,000
		FAO	<p>5. Plano Nacional de Gestão dos Stocks dos Tubarões elaborado e submetido a financiamento</p> <p>6. Análise do quadro de gestão actual e potencial das actividades ligadas a tubarões elaborado</p>	MDR/ADEI	8,450
		ONU Mulheres	<p>7. Instituições semipúblicas parceiras do ICIEG sensibilizadas sobre os princípios de empoderamento das mulheres e a conciliação da vida profissional e familiar</p> <p>8. Currículo vocacional na EHTCV sobre turismo sustentável baseado em boas práticas e TVET adoptado</p>	Direcção Geral das Pescas/INDP	90,000
Efeito 1.3: As populações mais vulneráveis, particularmente os jovens e as mulheres, no meio rural e urbano têm um melhor acesso ao emprego decente e aos programas de promoção da produção e da produtividade durável.					
1.3.1 O Governo e os atores Nacionais dispõem de estratégias e de instrumentos operacionais para a inserção dos jovens e das mulheres em empregos assalariados e autónomos em meio urbano e rural, incluindo a realização de programas de investimento descentralizados geradores de empregos decentes.	<p>1.3.1.1. Apoio ao desenvolvimento de políticas e programas em empreendedorismo e gestão para os jovens, as mulheres e os grupos de mulheres empreendedoras;</p> <p>1.3.1.2. Reforço das capacidades dos produtores agrícolas locais no quadro do Programa Nacional de Alimentação Escolar;</p> <p>1.3.1.3. Apoio ao desenvolvimento de técnicas de produção modernas e disponibilização de factores de produção/material directo a projectos comunitários na área da agricultura, pecuária, pescas e transformação agro-alimentar e artesanato;</p> <p>1.3.1.4. Apoio ao Governo na formulação e validação de uma estratégia para a integração dos jovens com base em uma via de integração concertada, envolvendo vários parceiros públicos e privados;</p>		<p>1. Dois (2) Grupos de mulheres rurais utilizam equipamentos adequados ao desenvolvimento de actividades económicas relacionadas com o turismo</p> <p>2. Dois (2) Grupos de mulheres das áreas de agronegócios e turismo participam em feiras nacionais e internacionais</p> <p>3. Vinte (20) mulheres empresarias capacitadas para melhorar a gestão dos seus negócios</p> <p>4. Mulheres do sector informal capacitadas nas melhores práticas na promoção do espírito empresarial e serviços de apoio;</p> <p>5. Oportunidades de mercado e circuitos de comercialização de produtos identificados e socializados com mulheres do sector informal</p>		25,000
		ONU Mulheres		ICIEG	13,000

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais 2015 (resultado esperado no fim do ano)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Recursos Core + Non-core) - PROVISÓRIO
	<p>1.3.1.5. Apoio aos atores governamentais e locais na aquisição de ferramentas e capacidades para a realização de programas de investimento para a geração descentralizada de empregos decentes, especialmente em áreas rurais.</p>	FAO	<p>6. Desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana promovido, através da definição e implementação de um quadro institucional e de política sectorial sustentável, do acesso aos principais recursos naturais (água e solo) para a garantia de uma produção agrícola durável e de qualidade, e da apropriação da AUP pelos actores da fileira.</p> <p>7. Agricultura urbana e periurbana integrada na Estratégia Nacional de Agricultura, na planificação e na gestão do desenvolvimento urbano</p>	MDR/CMPraia/PI ataforma ONG's	300,000
<p>1.3.2. Um currículo de empreendedorismo é introduzido a todos os níveis da educação e do sistema de formação profissional, com uma ênfase especial nas mulheres e nos jovens, para uma sociedade empreendedora</p>	<p>1.3.2. Ensino secundário e técnico, nível da Universidade (pré-serviço de formação de professores) - Apoio para a introdução do currículo de empreendedorismo no ensino secundário geral e técnico, incluindo a pré-formação contínua dos professores com vista a equipar o sistema de ensino, para preparar a juventude para uma sociedade mais empreendedora;</p> <p>1.3.2.2. Formação profissional: apoiar os parceiros nacionais na formação de formadores, adaptação dos manuais de formação e apoio a institucionalização da cultura empresarial da FP</p>	ONUJI	<p>8. 86 técnicos do MDR capacitados em técnicas pós-colheita ,metodologia participativa de extensão rural e inspeção de produtos agrícolas;</p> <p>9. 375 produtores capacitados em boas práticas agrícolas e pós colheita;</p> <p>5. Proposta técnica e financeira de modelos recomendados para abastecimento das cantinas escolares em produtos locais elaborada</p>	MDR/ARFA FICASE/ARAP/AR FA/ADEI/MDR	152,685 122,586
			<p>1. Currículo de Empreendedorismo para o Ensino Secundário Geral e Técnico implementado</p>	MED	213,000
TOTAL PILAR 1					3,139,836



Nações Unidas
CABO VERDE
Juntos na acção

Plano Anual de Trabalho	2015		
PILAR II	Consolidação das Instituições, Democracia e Cidadania		
Agência Líder	PNUD		
Agência Co-Líder	ONUDC		
Agências Participantes	Agência	Orçamento (USD)	%
	OIT	155,500.00	2.7
	ONU MULHERES	81,000.00	1.4
	OMS	354,831.00	6.2
	OIM	214,400.00	3.8
	UNFPA	610,086.00	10.7
	UNICEF	1,015,663.00	17.8
	UNDP	2,145,720.00	37.7
	FAO	476,898.00	8.4
	PAM	142,000.00	2.5
	UNV	69,998.00	1.2
	ONUDC	350,000.00	6.1
	ONU HABITAT	81,000.00	1.4
	TOTAL	5,697,096.00	100.0
Parceiros Nacionais	INE, MDR, ICIEG, MS, DNP, TRIBUNAL DE CONTAS, ASSEMBLEIA NACIONAL, ORG. SOCIE. CIVIL, MAHOT, MIEM, M CULTURA, ANMCV, PLATAFORMA DAS ONG, ICCA, DGRNI, MJ, PJ, MED, MJEDRH, MESCI, CIGEF, DGSS, CNDHC, FECAD, FICASE, CM PRAIA, IEFP, ARFA, SEC. ESTA. ADMN. PÚBLICA, M COMUNIDADES, UNTCCS, CCSL, DG TRABALHO, ASSOC. COMER. SOTAVENTO, PJ, CCCD, PGR, PN, UIF, DGRS, CSMP, CSMJ, CNV		

Pelo Governo de Cabo Verde:

Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros

30/03/2015

Data

Pelo Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde:

Coordenadora Residente

Nações Unidas
CABO VERDE
Juntos na acção

30/03/2015

Data

Plano de trabalho anual 2015 'One UN'

PILAR 2 : Consolidação das instituições, democracia e cidadania

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2015 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)	
Efeito 2.1: As administrações nacionais e as instituições de controlo são mais eficazes e eficientes no planeamento, implementação, seguimento e avaliação de um desenvolvimento equitativo.						
<p>2.1.1 O sistema estatístico tem as capacidades institucionais e humanas para a produção e disseminação de dados estatísticos sociais e económicos desagregados para efeitos de planificação e de alimentação do sistema nacional de seguimento e avaliação.</p>	<p>2.1.1.1. Apoio a definição, produção, e utilização de indicadores de base relativos para monitorização e avaliação da igualdade de género ;</p>	OIT	<p>1. Produtores de estatísticas do trabalho são capacitados para a implementação da nova Resolução sobre as Estatísticas do Trabalho, adoptada pela 19ª Conferência Internacional (CIST) de Outubro de 2013</p>	INE	33,500 \$	
			<p>2. Mecanismo para a recolha de dados sobre salários estabelecido e uma análise sobre o impacto do salário mínimo nacional, como parte de uma metodologia de monitorização e avaliação para permitir que os formuladores de políticas possam melhorar a eficácia da nova política de salário mínimo é realizada;</p>		92,000 \$	
	<p>2.1.1.2. Apoio no reforço dos sistemas estatísticos sectoriais;</p>	FAO	<p>3. Metodologias para recenseamento agrícola piloto 1 e 2 validada visando a realização do recenseamento agrícola 2015.</p>	MDR INE	150,000 \$	
			<p>4. Agenda de pesquisa para o desenvolvimento de projetos de estudos qualitativos adicionais e aprofundamento da exploração da base de dados do Inquérito do Uso do tempo e TNR é elaborada e a metodologia para a integração do trabalho não remunerado nas contas nacionais é definida e divulgada</p>	ICIEG	12,000 \$	
		<p>2.1.1.4. Reforço das capacidades técnicas humanas e institucionais do INE e dos sectores (ODINE);</p>	ONU MULHERES	<p>2. Diagnóstico de género do Sistema de Protecção Social elaborado e quadro conceptual para o desenho de um sistema de cuidados para crianças e pessoas com necessidades especiais definido</p>	Ministério da Saúde	15,000 \$
				<p>5. Indicadores do Observatório de Género revistos e actualizados em linha com as necessidades do país e o quadro dos indicadores dos ODS</p>		7,000 \$
			UNFPA	<p>6. Orgãos Delegados do INE (ODINES) capacitados em matéria de definição de metodologias, produção e recolha de dados;</p>		250,086 \$
				<p>7. Dados do Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias (IDRFIII) recolhidos e arranque da análise de dados do IDRFIII;</p> <p>8. Módulos Emprego; Condições de vida; Paz e Governança , no quadro do IMC – Inquérito Multi-objetivo contínuo realizados;</p>	INE	80,000 \$

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção-UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2015 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)
<p>2.1.2 As administrações possuem capacidades institucionais e humanas que permitem uma planificação e afectação dos recursos, em linha com os standards de eficiência e eficácia internacionais.</p>	<p>2.1.2.1. Introdução de metodologias e ferramentas, revisão do quadro legal, formação dos RH e elaboração de manuais de procedimentos para a integração do género nos processos nacionais de planeamento e orçamentação.</p> <p>2.1.2.2. Assistência técnica aos Ministérios nos sectores sociais (educação, saúde, emprego e juventude) no quadro da implementação do programa de reforma das finanças públicas.</p>	<p>ONU MULHERES</p>	<p>1. Mulheres parlamentares, e pull de auditores de género dispõem de competências técnicas e instrumentos para integrar a perspectiva de género nos processos nacionais de planificação e orçamentação</p> <p>2. Técnicos do PND5 capacitados para implementar medidas que asseguram a prestação e monitorização de serviços adequados as necessidades diferenciadas de homens e mulheres</p>	<p>ICIEG</p>	<p>14,000 \$</p>
<p>2.1.3 O controle externo das despesas públicas pelo Tribunal de Contas e o Parlamento é reforçado em apoio ao programa de reforma das finanças públicas.</p>	<p>2.1.3.1. Assistência técnica e reforço institucional ao Tribunal das contas na implementação do quadro regulamentar revisto e do plano estratégico 2012-2016</p> <p>2.1.3.2. Assistência técnica e reforço institucional à administração parlamentar e aos eleitos</p>	<p>UNDP</p>	<p>3. Quadros lógicos sectoriais dos programas e projetos do DECRPIII são finalizados e o Quadro de Despesas de Médio Prazo ajustado ao novo sistema de planeamento (Orçamento Programa)</p> <p>4. Técnicos das instituições públicas, municipais e parlamentares são capacitados em planificação e orçamentação com base em resultados/lógica de orçamento programa e é constituído um pool de formadores nacionais;</p>	<p>Direção Nacional do Plano</p>	<p>37,500 \$</p>
			<p>1. Tribunal de Contas de Cabo Verde (TCCV) capacitado para a realização de auditorias ao setor empresarial do Estado;</p> <p>2. Tribunal de Contas (TCCV) capacitado para a elaboração de relatórios anuais de auditoria de qualidade e atempadamente e na padronização das normas de prestação de contas;</p> <p>3. População envolvida nas actividades do TCCV, em particular no conhecimento dos princípios éticos e deontológicos, e na sensibilização para uma cultura de prestação de contas;</p> <p>4. Assembleia Nacional de Cabo Verde (ANCV) capacitada em fiscalização do processo orçamental em geral e, em particular das despesas públicas nos sectores da justiça, desenvolvimento humano e género;</p> <p>5. Plano estratégico da Assembleia Nacional elaborado;</p> <p>6. Mecanismos de participação da sociedade civil no processo de fiscalização parlamentar, em particular das despesas públicas reforçadas com vista a promoção de audições parlamentares com maior envolvimento do público;</p> <p>7. Organizações da Sociedade Civil e o Público em geral capacitados para simplificar a informação fiscal e orçamental e passar a estar mais envolvidos no processo orçamental.</p>	<p>Tribunal de Contas Assembleia Nacional Organizações da Sociedade Civil</p>	<p>1,878,470 \$</p>

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2015 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)
	<p>2.1.4.1. Apoio a elaboração de políticas, estratégias e programas sectoriais;</p> <p>2.1.4.2. Reforço dos sistemas de seguimento e avaliação dos programas sectoriais;</p> <p>2.1.4.3. Reforço das capacidades para uma resposta multisectorial, coordenada e integrada, às diferentes situações de violência, com particular atenção a violência juvenil, violência contra as crianças;</p> <p>2.1.4.4. Desenvolvimento das capacidades institucionais e humanas para a implementação da lei YBG;</p> <p>2.1.4.5. Reforço institucional para implementação de políticas e capacitação dos recursos humanos;</p> <p>2.1.4.6. Apoio a consolidação dos mecanismos interinstitucionais para a gestão intersectorial do desenvolvimento.</p>	<p>ONU HABITAT</p> <p>UNICEF</p>	<p>1. Estudo sobre a situação dos assentamentos informais, tendo em conta as 5 privações: água potável; saneamento básico; habitação sustentável; espaço adequado e segurança de posse, realizado e socializado com os parceiros do desenvolvimento;</p> <p>2. Estratégia para a mobilização de recursos do Programa Participativo de Melhorias dos Assentamentos Informais SUP, elaborada, socializada e aprovada;</p> <p>3. Roteiro de seguimento para a mobilização de recursos para a implementação da abordagem "Bairros Criativos", elaborada e aprovada na Mesa Redonda dos parceiros de desenvolvimentos;</p> <p>4. Conselhos Municipais das Cidades para implementar a Agenda de Urbanização criados e funcionais;</p> <p>5. Política da Protecção da Criança e do Adolescente harmonizado com o ECA é elaborada;</p> <p>6. Estatuto da Criança e do Adolescente regulamentado;</p> <p>7. ECA socializado com os parceiros sociais e sociedade civil e as capacidades sectoriais (instancias de concertação) reforçadas e criadas para a sua implementação efetiva;</p> <p>8. Atribuições dos Comités Municipais de defesa dos Direitos das Crianças e dos adolescentes são re-adaptados de acordo com o ECA;</p> <p>9. Profissionais dos centros de acolhimento de crianças e adolescentes capacitados e instrumentos de gestão revistos e acessíveis;</p> <p>10. O Plano de Ação de Combate ao Abuso e à exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é aprovado e socializado, e o seguimento da sua implementação feito;</p> <p>11. O novo Código do Registo Civil socializado;</p> <p>12. Programa de registo à nascença nas estruturas de Saúde reorganizado à luz do novo Código do Registo Civil</p>	<p>MAHOT</p> <p>MIEM</p> <p>Min. Cultura</p> <p>ANMCV</p> <p>Plataforma ONGs</p> <p>ICCA</p> <p>Direção Geral de Registo e Identificação (DGRNI)</p> <p>Ministério da Justiça</p> <p>Polícia Judiciária</p>	<p>46,000 \$</p> <p>186,000 \$</p>

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF-2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2015 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)
<p>2.1.4 As administrações possuem capacidades técnicas que permitem a definição, implementação e seguimento das estratégias e programas sectoriais.</p>		UNICEF	<p>13. Propostas de medidas de adequação do sistema de justiça para criança disponibilizados a partir de diagnóstico aprofundado do sistema;</p> <p>14. Proposta de Sistema de Informação Integrado de Justiça para Criança adaptado a realidade Caboverdiana definida e submetida ao Governo para aprovação;</p>		80,000 \$
		UNFPA	<p>15. Capacidade técnica de coordenação, gestão e seguimento e supervisão dos programas implementados a nível central e descentralizado é reforçada;</p> <p>16. Equipas de Auditores capacitados para a implementação da auditoria interna e bancarização em todas estruturas de saúde do país</p> <p>17. 100% dos Administradores de Saúde capacitados tecnicamente para aplicação das normas de prestação de contas e gestão no Encontro Nacional de Administradores de Saúde;</p> <p>18. Levantamento geo-referenciado dos bens imóveis das estruturas de saúde a nível nacional realizado</p> <p>19. Sistema de Gestão dos produtos Saúde Reprodutiva (SR) e medicamentos (CHANNEL) na Praia e S. Vicente avaliado;</p> <p>20. 100% dos colaboradores da Direcção Geral de Farmácia e Medicamentos (DGFM), a nível central e descentralizado capacitados em planificação, gestão e stockagem dos produtos SR e medicamentos;</p>	MS	45,000 \$
			<p>21. Plano estratégico integrado do sector da Educação 2015-2025 definido e respetivos planos de acção da Educação, Formação Profissional e Ensino Superior elaborados;</p> <p>22. Proposta de programa educacional com base nas estratégias e metas do novo plano submetido ao financiamento da Parceria Mundial para Educação (GPE);</p> <p>23. Sistema de seguimento e avaliação do plano estratégico integrado de educação (DGPOG/DNE) definido;</p>	MED MIEDRH MESCI	234,775 \$

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2015 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)
		UNICEF	<p>24. Programa para o Desenvolvimento Integrado da Pequena Infância elaborado e tecnicamente aprovado;</p> <p>25. Análise dos dados do Censo Escolar 2012 em função das temáticas identificadas realizada e difundida;</p> <p>26. Quadro de manutenção do Sistema de Informação/Base de Dados do Sistema Educativo implementado;</p> <p>27. Quadros da DGPOG capacitados em Políticas Sectoriais e Gestão dos Sistemas Educativos, (Fase 2 - Formação à distância)</p> <p>28. Iniciativa "Escola de Qualidade" com os respetivos mecanismos de implementação definidos e aprovados</p>		240,000 \$
		UNFPA	<p>29. Projecto de Formação à distância (FaD) operacional, em apoio à actualização dos agentes educativos –(e-learning e radio) e curso piloto de APC, avaliação e supervisão pedagógica em curso – 2ª fase</p> <p>30. Áreas curriculares de Educação Artística no quadro da reforma curricular em curso reforçadas com o desenvolvimento de conteúdos, materiais e instrumentos de apoio</p> <p>31. Sistema de gestão, supervisão e avaliação interna e externa das aprendizagens no quadro do novo plano estratégico da educação redefinido</p> <p>32. Carta Educativa das ilhas e do país e Anuário de Indicadores da Educação publicados;</p> <p>33. Estudo sobre crianças fora da escola e insucesso escolar elaborado e publicado;</p> <p>34. Ensino da disciplina de Formação Pessoal e Social avaliado na perspectiva de sua redefinição</p> <p>35. Diagnóstico para a introdução da disciplina de Educação para Cidadania no ensino básico e secundário realizado</p> <p>36. Perfil e estratégias para formação de professores para as disciplinas de educação para cidadania e educação artística no ensino básico e secundário definidos</p>	MED MIEDRH	55,000 \$

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2015 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)	
<p>2.1.4 As administrações possuem capacidades técnicas que permitem a definição, implementação e seguimento das estratégias e programas sectoriais.</p>	<p>2.1.4.1. Apoio a elaboração de políticas, estratégias e programas sectoriais;</p> <p>2.1.4.2. Reforço dos sistemas de seguimento e avaliação dos programas sectoriais;</p> <p>2.1.4.3. Reforço das capacidades para uma resposta multisectorial, coordenada e integrada, às diferentes situações de violência, com particular atenção à violência juvenil, violência contra as crianças;</p> <p>2.1.4.4. Desenvolvimento das capacidades institucionais e humanas para a implementação da lei VBG;</p> <p>2.1.4.5. Reforço institucional para implementação de políticas e capacitação dos recursos humanos;</p> <p>2.1.4.6. Apoio a consolidação dos mecanismos intersectoriais para a gestão intersectorial do desenvolvimento.</p>	UNFPA	37. Oficinas de formações de professores nas artes cénicas, dança musical e temas transversais (Saúde Sexual e Reprodutiva, Direitos Humanos e Democracia, Cultura da paz, etc.) realizadas	MIEDRH MED ONGs	140,000 \$	
			38. Base de dados a nível das escolas de suporte ao novo sistema de avaliação das aprendizagens elaborado			
		UNFPA	39. Performance dos Centros de Juventude (CEJs) avaliada em função dos objetivos e mandato definidos aquando da sua criação;	ICIEG CIGEF	40. Pacote de instrumentos de apoio a gestão disponibilizado aos Centros de Juventude para o reforço da capacidade de planificação e seguimento;	30,000 \$
			41. Base de dados dos Centros de Juventude concebida e testada;			
		UNICEF	UNICEF	42. Planos de ação dos CEJ para resposta e atendimento integrados em Saúde Sexual e Reprodutiva para os jovens elaborados;	43. Análise do enquadramento institucional de Género e proposta de reorganização no quadro do novo PNIG elaborada	20,000 \$
				44. Abordagens sobre género e família integradas no Ensino Superior;		
		UNDP	UNDP	45. Plano Estratégico do CIGEF revisto e redefinido para o próximo ciclo de gestão (2015-2017) e com base na análise institucional de 2013 e directivas do novo Plano Estratégico da UNICY;	46. Partidos políticos sensibilizados para o aumento da representatividade quantitativa e qualitativa das mulheres nos processos eleitorais e a todos os níveis de decisão;	20,000 \$
				47. Plano estratégico nacional para a inclusão das pessoas com deficiência elaborado		
		PAM	PAM	48. Quadro legal sobre os direitos das pessoas com deficiências harmonizado com as convenções internacionais	49. Quadro legal e político de alimentação e saúde escolar estabelecido	15,000 \$
				50. Instrumentos de financiamento e gestão do Programa Nacional	31,000 \$	
					51,000 \$	

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2015 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)
		FAO	de Alimentação escolar reforçados	MDR	15,933 \$
		PAM	51. Competências dos quadros da FICASE afectos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (central e local) reforçadas nas diferentes áreas de funcionamento desse Programa	FICASE MED MDR MS	35,000 \$ 20,934 \$
		FAO	52. Ferramentas para a promoção da educação alimentar e nutricional na escola desenvolvidas	FICASE Ministério da Saúde MDR Camara Municipal da Praia	106,208 \$ 55,831 \$
		FAO	53. Modelos eficientes de gestão das cantinas escolares desenvolvidos e qualidade da alimentação escolar melhorada	FICASE/MED Ministério da Saúde IEFP ARFA	183,823 \$ 25,000 \$
		UNDP	54. Cursos on line de aperfeiçoamento dos funcionários públicos para melhor servir os utentes e para ascensão na carreira definidos e operacionais;	Secretaria de Estado da AP	37,500 \$
		ONU Mulheres	55. Autoridades nacionais e organizações da sociedade civil participam em fóruns regionais e internacionais sobre agenda global da igualdade de género (CSW, Beijing + 20), e partilham as boas práticas e lições aprendidas por Cabo Verde	ICIEG	10,000 \$
			56. Capacidades de execução dos planos regionais de saúde e dos planos directores dos hospitais reforçadas;		26,000 \$
			57. Capacidades de seguimento e avaliação reforçadas e avaliação a meio-percurso do PND 2012-2016 realizada;		30,000 \$
			58. Reunião anual conjunta dos signatários do Pacto Nacional a favor da Saúde realizada;		20,000 \$
			59. Capacidades de gestão reforçadas com base na produção, análise e utilização de dados factuais e desenvolvimento de uma área demonstrativa na RSSA do sistema de informação sanitária		55,000 \$
			60. Reforçadas as capacidades institucionais na elaboração das Contas Nacionais de Saúde		

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2015 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)
<p>2.1.4 As administrações possuem capacidades técnicas que permitem a definição, implementação e seguimento das estratégias e programas sectoriais.</p>	<p>2.1.4.1. Apoio a elaboração de políticas, estratégias e programas sectoriais;</p> <p>2.1.4.2. Reforço dos sistemas de seguimento e avaliação dos programas sectoriais;</p> <p>2.1.4.3. Reforço das capacidades para uma resposta multissectorial, coordenada e integrada, às diferentes situações de violência, com particular atenção à violência juvenil, violência contra as crianças;</p> <p>2.1.4.4. Desenvolvimento das capacidades institucionais e humanas para a implementação da lei VBG;</p> <p>2.1.4.5. Reforço institucional para implementação de políticas e capacitação dos recursos humanos;</p> <p>2.1.4.6. Apoio a consolidação dos mecanismos interinstitucionais para a gestão intersectorial do desenvolvimento.</p>	<p>OMS</p>	<p>61. Prioridades do Plano Nacional Multissectorial de Luta Contra as Doenças Não Transmissíveis definidas para 2015 (à luz do plano de acção mundial de luta contra as DNT e os compromissos da Declaração da Reunião de alto nível da Assembleia Geral sobre a prevenção e o controlo das DNT) e recursos mobilizados para sua implementação</p> <p>62. Programa de Luta contra o Cancro e registos de cancros organizados</p> <p>63. Capacidades técnicas e institucionais reforçadas para a execução do Plano Estratégico e da Lei da Saúde mental</p> <p>64. Apoiada a DGTR no seguimento da implementação do plano de acção nacional sobre a segurança rodoviária e assinalada 3ª Semana das NU sobre a segurança rodoviária "Crianças e Segurança rodoviária" Prevenção de Acidentes nas crianças"</p> <p>65. Apoiada a definição e implementação dos pacotes essenciais de saúde, com abordagem de saúde pública e equidade</p> <p>66. Reforçadas as capacidades nacionais para a execução do Plano Estratégico do Desenvolvimento dos Recursos Humanos 2015-2020 incluindo a formação contínua</p> <p>67. Capacidades técnicas reforçadas para a elaboração e seguimento da política Nacional Farmacéutica e respectivo Plano diretor</p> <p>68. 31 missões da Diaspora Cabo-verdiana na Holanda e nos restantes países da União Europeia para a promoção do projecto Regresso Temporário de Nacionais Qualificados III (Temporary Return of Qualified Nationals III) em sectores-chave (Saúde, Turismo, ICT, Agronegócios e Economia Marítima) realizadas</p>	<p>Ministério da Saúde</p>	<p>53,000 \$</p> <p>15,000 \$</p> <p>88,000 \$</p> <p>12,000 \$</p> <p>108,900 \$</p>

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção: UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2015 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)
			<p>69. Plano de Acção Nacional da Estratégia Nacional de Emigração e Desenvolvimento actualizado e disseminado;</p> <p>70. Kit de Ferramentas de Apoio ao Emigrante elaborado e reproduzido;</p> <p>71. Sistema de Dados e Portal Online do Ministério das Comunidades actualizado;</p> <p>72. Técnicos do Ministério das Comunidades capacitados em gestão de projectos;</p> <p>73. 22 técnicos da Rede Nacional de Pontos Focais Locais de Emigração capacitados em Orientação Pré-partida e contactos com Diáspora;</p> <p>74. Formação de 22 técnicos da Rede Nacional de Pontos Focais Locais de Emigração capacitados em Retorno, Reintegração e Investimento realizado (ou 22 técnicos da Rede Nacional de Pontos Focais Locais de Emigração capacitados em Orientação Pré-partida, contactos com Diáspora, Retorno, Reintegração e Investimento);</p> <p>75. Comité Nacional de Emigração e Desenvolvimento reactivado;</p> <p>76. Uso do Kit de Ferramentas e do Portal on-line nos 22 municípios avaliados;</p> <p>77. Relatórios trimestrais sobre o uso do portal on-line e sistema de dados pelos pontos focais Rede Nacional de Pontos Focais Locais de Emigração produzidos;</p>	Ministério das Comunidades	100,000 \$
		OIM			
		UNDP	78. Programas e projetos das Agências do Joint Office (UNDP, UNPFA e UNICEF) são implementados, monitorizados e avaliados regularmente e relatórios são produzidos e divulgados (como definido no CCPD - «programme coordination and assistance» e «cross sectoral costs»;	UNDP	5,000 \$
		UNICEF	79. Auditorias financeiras anuais às despesas dos projetos implementados são realizadas e relatórios divulgados;	UNICEF	150,000 \$
		UNPFA	80. Quadros do Joint Office e dos Parceiros Nacionais são capacitados em gestão de programas e projetos	UNPFA	90,000 \$
			1. Sindicatos capacitados sobre as normas internacionais e os mecanismos de controlo da OIT	UNITC-CSLho CCSL	7,000 \$
			2. Sindicatos capacitados sobre o salário mínimo	Direção Geral do Trabalho	7,000 \$

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2015 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)
<p>2.1.5 A Administração dispõe de capacidades para a coordenação, implementação, seguimento e avaliação das convenções e tratados internacionais ratificados; incluindo a submissão de relatórios periódicos de seguimento.</p>	<p>2.1.5.1. Assistência técnica para a coerência dos instrumentos jurídicos nacionais a luz dos compromissos internacionais</p> <p>2.1.5.2. Informação e formação dos actores nacionais (corpo jurídico, parlamento, polícia e segurança, sociedade civil, médias, público) em relação aos conteúdos e implicações das convenções.</p> <p>2.1.5.3. Advocacia e assessoria para a implementação de mecanismos interinstitucionais de monitorização da implementação das convenções.</p>	<p>U11</p> <p>UNDP</p>	<p>3. Código de Trabalho revisto e integram as contribuições UNTC-CS</p> <p>4. Capacidade técnica da Direção da Associação Comercial do Sotavento reforçada para a implementação do Plano Estratégico</p>	<p>Associação Comercial de Sotavento</p>	<p>6,000 \$</p> <p>10,000 \$</p>
			<p>5. Relatórios do país às convenções das Nações Unidas sobre os direitos dos trabalhadores migrantes, pessoas portadoras de deficiências e sobre a tortura publicados e socializados;</p> <p>6. Plano de comunicação visando a promoção dos direitos humanos incluindo a divulgação das Convenções de Direitos Humanos elaborado e materiais sobre direitos humanos divulgados na imprensa escrita, radios e televisão;</p> <p>7. Plano de Ação Nacional de Direitos Humanos e Cidadania socializado em todas as ilhas;</p> <p>8. Técnicos e dirigentes da administração pública formados na abordagem de planificação baseada nos direitos humanos (todos os DGPOGs);</p> <p>9. Estudo sobre a conformidade da legislação nacional com as convenções das Nações Unidas elaborado e socializado;</p> <p>10. Plano de comunicação para a Provedoria de Justiça elaborado;</p> <p>11. Capacidade técnica e institucional do Conselho superior de Magistratura Judicial, do Ministério da Justiça, da Inspeção Judicial e Ordem do Advogados reforçadas visando a melhoria do acesso à justiça;</p> <p>12. Funcionamento das Casas de Direito como instância de mediação de conflitos avaliado;</p>	<p>CNDHC</p> <p>Provedoria da Justiça</p>	<p>109,597 \$</p>
<p>Efeito 2.2: As instituições nacionais responsáveis pela segurança e a justiça garantem e promovem uma maior segurança e os direitos dos cidadãos, particularmente aos grupos mais vulneráveis.</p>					

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção-UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2015 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação de actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)
<p>2.2.1 O quadro legal e de políticas de combate às drogas e aos crimes é actualizado e respeita todos os compromissos internacionais.</p>	<p>2.2.1.1. Apoio na harmonização da legislação nacional com as Convenções Internacionais em matéria de drogas e crime</p> <p>2.2.1.2. Assistência técnica na formulação e implementação do Programa Nacional Integrado sobre as drogas e crime.</p>	<p>ONUDC</p>	<p>1. Quadro legal em matéria de Tráfico Ilícito de Migrantes, Tráfico de Pessoas, Justiça para Criança e Redução da Demanda de Uso de Droga revisto e elaborado;</p> <p>2. Processo de análise da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção retomado e concluído;</p> <p>3. Plano Nacional contra a Corrupção revisto e validado pelo governo</p> <p>4. Contribuição para a implementação do Programa Nacional Integrado de Luta contra a Droga e Crime</p>	<p>Ministério da Justiça</p> <p>Comissão de Coordenação e Combate a Droga (CCCD)</p> <p>Polícia Judiciária</p> <p>Procuradoria Geral da República</p> <p>Polícia Nacional</p>	<p>80,000 \$</p>
<p>2.2.2 A capacidade operacional das agências de aplicação da lei é reforçada para uma efectiva prevenção e combate ao tráfico de drogas, ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, ao tráfico ilícito de migrantes, à lavagem de capitais e ao terrorismo.</p>	<p>2.2.2.1. Apoio na melhoria da qualidade analítica das investigações (incluindo questões financeiras) e dos procedimentos penais dos serviços especializados (fluxos financeiros, ciência forense, médico-legal, cena de crime, etc.)</p> <p>2.2.2.2. Apoio na capacitação das equipas conjuntas de controlo dos tráficos ilegais nos principais portos e aeroportos</p>	<p>ONUDC</p>	<p>5. Capacidade técnica do Laboratório Forense da Polícia Judiciária evidenciada por um crescente grau de conformidade com os padrões internacionais e autonomia operacional</p> <p>6. Sistema de Informação Criminal da Polícia Judiciária reforçada com requisitos mínimos de qualidade e segurança através de um upgrade (projecto desenvolvimento tecnológico da PJ)</p> <p>7. Operacionalidade das Equipas Conjuntas dos Portos melhorada com a implementação das Normas de Funcionamento Padrão</p> <p>8. Principais bases de dados disponíveis, nomeadamente o I-24/7 da Interpol e a CENComm da Organização Mundial das Alfândegas instaladas nas Células Aeroportuárias Anti-Tráfico a nível nacional e capacitados técnicos para a sua utilização.</p> <p>9. Serviços de prevenção e combate à Lavagem de Capitais (LC) e Financiamento de Terrorismo reforçados em termos de capacidade técnica e operacional</p> <p>10. Sector público e privado mais sensibilizados em matéria de prevenção da Lavagem de Capitais (LC) através de ações de sensibilização e formação</p> <p>11. Mais 1 centro CBT instalado na região de Barlavento e número de pessoas e agentes de aplicação da lei com formação CBT ultrapassa os 500 (resultado cumulativo 2012-2015)</p>	<p>MI/CCCD</p> <p>(PJ, PN, PGR, UIF)</p>	<p>50,000 \$</p>

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção-UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2015 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principál estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)
<p>2.2.3 O Governo e a Sociedade Civil possuem capacidades institucionais para contribuir para a prevenção efectiva do uso de drogas e crime urbano.</p>	<p>2.2.3.1. Reforço das capacidades das instituições governamentais e da sociedade civil, incluindo ONGs/OBCs, famílias e jovens, em matéria de prevenção do uso de drogas e criminalidade urbana</p> <p>2.2.3.2. Apoio na análise da situação e das tendências do uso de drogas e sua relação com o crime urbano.</p>	<p>ONU DC</p>	<p>13. Mais 60 membros de ONGs, OBCs e de Núcleos Concelhios com competências reforçadas em matéria de prevenção da droga e crime nas comunidades a nível nacional;</p> <p>14. Mais 100 Famílias representantes de todos os concelhos do país com competências reforçadas em matéria de prevenção de drogas e crime a nível nacional;</p> <p>15. Mais 10 Escolas de ensino secundário e básico com projectos e iniciativas de prevenção de droga a nível nacional;</p> <p>16. CCCD (Comissão de Coordenação do Combate à Droga) com capacidade técnica e operacional reforçada para coordenação das acções de prevenção - quadro legal revisto e capacidade institucional reforçada;</p> <p>17. Dia Mundial contra as Drogas e Dia Internacional contra a Corrupção assinalados com actividades de sensibilização alusivas a nível nacional;</p>	<p>MJ MED PGR</p>	<p>30,000 \$</p>
<p>2.2.4 Instituições de justiça criminal possuem uma capacidade reforçada para fazer justiça de forma justa, equitativa e</p>	<p>2.2.4.1. Apoio no reforço das capacidades técnicas dos operadores de justiça criminal</p> <p>2.2.4.2. Apoio ao desenvolvimento de medidas efectivas para a protecção das vítimas, dos menores e das testemunhas;</p> <p>2.2.4.3. Apoio à reforma do sistema penitenciário e de reinserção social dos reclusos condenados;</p> <p>2.2.4.4. Apoio na reforma do sistema judiciário e do mapa judicial</p>	<p>ONU DC</p>	<p>1. Serviços de Penitenciários de Reinserção Social com capacidade técnica e operacional reforçada</p> <p>2. Ciclo de conferência sobre Justiça Criminal no quadro do processo de revisão do Código Penal e Código de Processo Penal, realizado</p> <p>3. Profissionais da justiça, especialmente magistrados, com formação especializada em justiça criminal e gestão processual</p> <p>4. Biblioteca dos Tribunais reforçada com material didáctico</p> <p>5. Estudo de vitimização do crime e percepção da corrupção (ICVS) elaborado</p>	<p>MJ/CCCD (CSM, CNDHC)</p>	<p>30,000 \$</p>

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2015 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)
efectiva.	<p>2.2.4.5. Apoio no desenvolvimento de estratégias e mecanismos que facilitem a consciência jurídica e promovam o acesso à informação jurídica, com ênfase nos grupos vulneráveis</p> <p>2.2.4.6. Apoio ao desenvolvimento e operacionalização de um sistema de alternativas à prisão</p> <p>2.2.4.7. Melhorar a assistência jurídica e o aconselhamento, bem como os sistemas públicos de defesa.</p>	UNDP	<p>6. Secretários, escrivães e ajudantes de escrivão capacitados na gestão processual, utilização do código das custas judiciais, tramitação de processos de inventário, tramitação de processo executivo e de recursos, utilização de instrumentos de gestão (plataformas informáticas para a gestão de processos e na organização interna das secretarias judiciais);</p> <p>7. Capacidades de mediação e de resolução de conflitos extra-judiciais das casas de direito reforçadas;</p> <p>8. Programa de educação cívica sobre a justiça definido com enfoque no reforço dos meios de comunicação entre as instituições judiciais e as organizações da sociedade civil</p>	CSMJ CNDHC	42,703 \$
2.2.5 O sistema de justiça juvenil opera de acordo com as normas internacionais e do quadro jurídico nacional.	<p>2.2.5.1. Apoio na avaliação do sistema da Justiça Juvenil em Cabo Verde em conformidade com as normas internacionais</p> <p>2.2.5.2. Apoio na formulação e implementação de um programa que visa à melhoria da capacidade de resposta do sistema de justiça juvenil em Cabo Verde.</p>	ONU DC	<p>1. Lei sobre regime especial elaborada e Lei sobre o abuso e exploração de menores revista;</p> <p>Atores da justiça para criança formados;</p> <p>2. Sistema de Informação Integrado de Justiça para criança adaptado a realidade Caboverdiana desenhado/elaborado e submetido ao governo para aprovação;</p> <p>3. Apoio ao Programa de Reinserção social de jovens infractores ou em conflito com a lei reforçada no quadro do programa de reforma prisional e reinserção social em curso</p>	MI/CCCD (DGRS, ICCA, PI, CSMP, CSMI)	160,000 \$
Efeito 2.3: O diálogo e a participação dos diferentes atores sociais e dos cidadãos no processo de desenvolvimento, particularmente dos jovens e das mulheres, são garantidos.					
	<p>2.3.1.1. Consultas ao nível local e nacional para o desenvolvimento de uma agenda comum sobre as questões-chave das mulheres</p> <p>2.3.1.2. Consultas ao nível local e nacional para o desenvolvimento de uma agenda comum sobre as questões-chave da juventude</p>	ONUMULHERES	<p>1. Mulheres parlamentares, sindicalistas e dirigentes de ONGs capacitadas para desenvolver ações de advocacia sobre o quadro jurídico nacional e internacional de promoção da igualdade de género e os direitos humanos e trabalhistas das mulheres e dispõem de um Plano de Ação para Advocacia</p>	ICIEG	9,000 \$

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2015 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)
2.3.1 A sociedade civil e as médias aumentam a sua participação nos processos chave de desenvolvimento nacionais, incluindo o monitoramento dos ODMs, o seguimento de compromissos internacionais com os Direitos Humanos, a implementação do DECRP, e o engajamento Estado-cidadão é reforçado para uma governação responsiva e de prestação de contas.	<p>2.3.1.3. Advocacia com partidos políticos e tomadores de decisão relativamente as questões das agendas (mulheres/jovens)</p> <p>2.3.1.4. Definição e implementação de plataformas de participação e monitorização de processos-chave, tais como o DECRP</p> <p>2.3.1.5. Desenvolvimento e/ou reforço das estruturas de diálogo social</p> <p>2.3.1.6. Reforço de programas de comunicação e educação para a promoção da cidadania e da participação cívica</p> <p>2.3.1.7. Reforço das capacidades centrais e locais para a cidadania territorial e iniciativas pilotos</p> <p>2.3.1.8. Apoio e implementação da rede de jovens para o Desenvolvimento Urbano Sustentável</p> <p>2.3.1.9. Reforço das capacidades centrais e locais para a</p>	UNHABITAT	<p>2. Sessões e campanhas de sensibilização em Cidadania Territorial e Urbana nos assentamentos informais, com enfoque na Resiliência Urbana, em parceria com o Programa Nacional de Voluntariado, criando e dinamizando a "Rede Nacional de Jovens para o Desenvolvimento Urbano", realizadas;</p> <p>3. Vídeo sobre a Cidadania Territorial e Urbana e a Resiliência, nas comunidades dos assentamentos informais produzido e divulgado nos centros urbanos;</p> <p>4. Semana da Cidadania Territorial e Urbana, assinalada com debates sobre o tema "Resiliência e Assentamentos Informais em Cabo Verde" em diferentes fóruns;</p> <p>5. Acções de Cultura e Cidadania; bem como do Jardim das Artes com enfoque no desenvolvimento urbano são dinamizados mediante o desenvolvimento de ateliêse grupos locais nas comunidades</p>	MAHOT MIEM ANMCV Plataforma ONGs	35.000 \$
2.3.3 O voluntariado nacional é ampliado para assegurar uma cidadania ativa e reforçar a cidadania territorial por meio de estratégias e intervenções-chave de desenvolvimento a nível local.	<p>2.3.3.1. Realizar capacitação interna na Agência Nacional do Voluntariado; Implementação de um sistema de monitorização, seguimento e avaliação</p> <p>2.3.3.2. Consolidar o quadro legal sobre voluntariado</p> <p>2.3.3.3. Realizar formações para as organizações mobilizadoras de voluntariado sobre a mobilização, gestão dos/as voluntários/as e para a intervenção na comunidade</p> <p>2.3.3.4. Elaborar um plano conjunto com o Ministério das Comunidades para a Promoção do Voluntariado na Diáspora</p>	UNV OIM	<p>1. Planeamento estratégico do Corpo Nacional de Voluntários elaborado;</p> <p>2. Inquérito sobre o perfil do voluntariado em Cabo Verde realizado;</p> <p>3. Projeto sobre voluntariado jovem (de inclusão) elaborado e implementação iniciada;</p> <p>4. Metodologia de medição do trabalho voluntário em Cabo Verde desenhada;</p> <p>5. Plano de Promoção do Voluntariado da Diáspora elaborado em parceria com o Ministério das comunidades</p> <p>6. Website do Corpo Nacional de Voluntariado remodelado, e inclui Intranet com ferramentas do sistema de seguimento e plataforma de difusão das oportunidades de voluntariado;</p>	Corpo Nacional de Voluntários CNV	69,998 \$ 5.500 \$
TOTAL PILAR 2					5,697,096 \$



Nações Unidas
CABO VERDE
Juntos na acção

Plano Anual de Trabalho	2015		
PILAR III	Redução das Desigualdades e Promoção da Equidade		
Agência Líder	OMS		
Agências Co-Líder	UNICEF/UNFPA		
Agências Participantes	Agência	Orçamento (USD)	%
	OIT	162,199.00	10.1
	ONU MULHERES	143,327.00	8.9
	OMS	141,000.00	8.8
	UNFPA	450,052.00	28.1
	UNICEF	390,836.00	24.4
	UNDP	195,000.00	12.2
	ONUDC	60,000.00	3.7
	ONUHABITAT	60,000.00	3.7
	TOTAL	1,602,414.00	100.0
Parceiros Nacionais	MJEDRH, MS, INPS, INE, CM, ONG'S, ASSOCIEÇÕES, ICIEG, MAHOT, MIREX, ANMCV, VERDEFAM, DN EDUCAÇÃO, REDE MULHERES PARLAMENTARES, COMUNICAÇÃO SOCIAL, DGDAL, CCS/SIDA, MJ, CCCD, PLATAFORMA DAS ONG'S		

Pelo Governo de Cabo Verde:

Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros

30/03/2015

Data

Pelo Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde:

Coordenadora Residente

Nações Unidas
CABO VERDE
Juntos na acção

30/03/2015

Data

Plano de trabalho Anual 2015 One UN

PILAR 3 : Redução das desigualdades e promoção da equidade

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais 2015 (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Core + Non-core resources)
Efeito 3-1: As instituições nacionais a nível central e local asseguram uma melhor integração da redução das disparidades e da promoção da equidade nas políticas e estratégias setoriais e intersectoriais.					
3.1.1 Informações quantitativas e qualitativas estão disponíveis evidenciando a natureza, profundidade, importância e distribuição das disparidades e iniquidades, para a definição de políticas sectoriais adequadas (saúde, HIV, SIDA, educação, emprego, protecção, justiça, habitação).	3.1.1.1. Análises aprofundadas e desagregadas para a caracterização das disparidades e iniquidades no acesso a serviços em sectores chave	OIT	1. Fornecer apoio técnico e outros à implementação do Cadastro Social e de Beneficiários da Protecção Social	Ministério da Juventude Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos (MIEDRH)	162,199
	3.1.1.2. Assistência técnica para a criação de um sistema de gestão e monitorização das populações vulneráveis		2. Fornecer apoio técnico variado na área da Protecção Social		
3.1.2 Políticas sectoriais chave são revistas para ter em conta as disparidades, incluindo as desigualdades de género, de acordo com os padrões de Direitos Humanos.	3.1.1.3. Assistência técnica e reforço institucional para assegurar a disponibilidade dos dados sobre a pobreza e vulnerabilidade	OMS	3. Documento nacional sobre o perfil do trabalho digno finalizado e divulgado	Ministério da Saúde Ministério das Finanças INPS INE	40,000
	3.1.1.4. Estudo de impacto dos apoios e programas de protecção social a favor das populações vulneráveis em zonas prioritárias		4. Instituições capacitadas para a implementação e seguimento da estratégia nacional de financiamento da saúde, quadros legais e regulamentares visando a cobertura universal em saúde		
	3.1.1.5 Análises aprofundadas sobre equidade e sustentabilidade em sectores chave como a protecção social, entendida de forma abrangente	OMS	1. Recomendações do Relatório mundial e recomendações da Reunião de alto nível da Assembleia Geral sobre a deficiência e desenvolvimento divulgadas;	Ministério da Saúde Camaras Municipais ONG Associações	30,000
	3.1.2.1. Quadro institucional para a luta contra o trabalho infantil em Cabo Verde foi reforçado;		2. Capacidades para a actualização e implementação da Estratégia Nacional da Promoção da Saúde reforçadas		
	3.1.2.2. Situação do trabalho infantil em Cabo Verde é do conhecimento das instituições e da sociedade e as acções foram tomadas;	ONU HABITAT	3. Estudo sobre os determinantes sociais da saúde (cidade da Praia) elaborada e socializada para a utilização como modelo de referência	ICIEG Ministério da Saúde	4,000
	3.1.2.3. Assistência técnica para identificação de opções de intervenção para respostas específicas às situações de disparidade nos diferentes sectores chave		4. Directrizes da OMS sobre a abordagem de saúde pública na prevenção da violência baseada no género (VBO) adaptadas a realidade do país;		
	3.1.2.4. Reforço das capacidades para orçamentação e reforço dos investimentos nos sectores-chave com vista à redução das disparidades mapeadas	UNDP	6. Quadro institucional e plano de acção detalhado para a execução do Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Capacitação das Cidades (PNDUCC) aprovado;	MAHOT MIREX ANMCV	30,000
	3.1.2.5. Reforço das capacidades para a elaboração do Programa Nacional de Habitação de Interesse Social e implementação de projetos-piloto de Requalificação Urbana nos bairros espontâneos		7. Estratégia de Mobilização de recursos e de advocacy do PNDUCC aprovada;		
		UNDP	8. Comissão Nacional Habitat III sobre a urbanização estabelecida e funcional;	MIEDRH Plataforma das ONG's Camaras Municipais	40,000
			9. Relatório de Cabo Verde para o Habitat III elaborado;		
		UNICEF	11. Projecto piloto sobre cash transfer definido e apresentado ao Governo;		70,000
			12. Capacidades das instituições nacionais em matéria de protecção social reforçadas;		
		UNICEF	14. Auditorias financeiras anuais às despesas dos projetos implementados são	UNICEF	55,836 \$

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais 2015 (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Core + Non-core resources)
		UNFPA	realizadas e relatórios divulgados: 15. Quadros do Joint Office e dos Parceiros Nacionais são capacitados em gestão de programas e projetos	UNFPA	73,913 \$
Efeito 3.2: As instituições centrais, desconcentradas e locais asseguram a prestação equitativa de serviços de qualidade.					
		UNFPA	1. Capacidades técnicas de 80% dos prestadores de saúde reforçadas em Cuidados Obstétricos e Neonatais de Urgência Básicos e de Urgência (CONU) a nível nacional; 2. Procedimentos dos Serviços de Saúde Reprodutiva (SR) e dos instrumentos de seguimento, recolha de dados e de atendimento em SR são revistos e atualizados; 3. Comité Nacional de Perinatologia reforçada para a implementação da auditoria sistemática das mortes maternas e infantis; 4. Associações comunitárias e organizações da sociedade civil de homens e mulheres em Saúde Reprodutiva (Planeamento familiar/Cuidados Pré-natal e pós-parto/Cancros) e combate ao VBG são capacitadas; 5. Pares educadores em SR e VBG capacitados em estratégia de mobilização social, comunicação e sensibilização de proximidade 6. Apoio técnico no seguimento do acesso e qualidade do pré-natal ao pós-parto, em particular no período à volta das 24H do nascimento, e elaboração do programa nacional de saúde materna e neo-natal 7. Apoio técnico à realização da revisão do Programa Nacional de Vacinação e elaboração do Plano Plurianual de Vacinação, incluindo a introdução de novas vacinas 8. Técnicos capacitados na vigilância das paralisias flaccidas agudas (PFA) 9. Plano de introdução da vacina polio inactivada (VPI) concluído; 10. Acompanhamento da avaliação de factibilidade da vigilância ambiental para a introdução da VPI 11. Uma dose de Vacina Polio Inactiva (VPI) introduzida no calendário vacinal e prestadores de saúde formados para sua introdução; 12. Performance do Programa Alargado de Vacinação é avaliada de acordo com os critérios de GEV (Gestion Efficace des Vaccins); 13. Plano Plurianual completo de Vacinação (PPAc) 2015-2020 elaborado 14. Cadeia de frio do PAV inventariada e avaliada a nível central e descentralizado 15. Programa de Nacional de Nutrição reforçada para a implementação do PINAN nos domínios do aleitamento materno; suplementação em micronutrientes (Vita. A, ferro Ac. Fólico), desparasitação das escolas; 16. Iniciativa de fortificação domiciliar para as crianças dos 6 aos 59 meses integradas no atendimento infantil nos centros de saúde e jardins de infância	Ministério da Saúde ONG VerdefAm	315,089
		OMS			17,000
		OMS			20,000
		UNICEF		Ministério da Saúde	12,000
	3.2.1.1. Reforço das capacidades dos sectores para a prestação de serviços de qualidade, com enfoque nos direitos e necessidades específicas das populações (tal como a integração da saúde mental nos cuidados primários de saúde, protecção da criança incluindo programa de registo a nascença, educação especial, pré-escolar, cuidados e tratamento dos UD's, reinserção social de reclusos, entre outros) 3.2.1.2. Reforço das capacidades municipais para a planificação a orçamentação e a gestão participativa visando a redução das disparidades, incluindo as que afectam crianças e mulheres 3.2.1.3. Reforço das capacidades de planificação e gestão dos actores municipais para o desenvolvimento local equitativo e inclusivo 3.2.1.4. Reforço das capacidades locais para a integração das questões de segurança na planificação local, formulação e implementação de programas de policiamento de proximidade, incluindo programas específicos de prevenção da violência nos espaços educativos	UNICEF		Ministério da Saúde	27,500
	3.2.1. A qualidade dos serviços a nível local, em particular da educação, saúde, protecção, justiça, emprego, é melhorada com a promoção de intervenções baseadas nos direitos.	UNICEF			227,500

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais 2015 (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Core + Non-core resources)
		UNFPA	17. Profissionais de saúde de todos os municípios de Cabo Verde capacitados em matéria de assistência às vítimas de VBG	ICIEG Ministério de Saúde	3,500
		ONU Mulheres	18. Plano de Ação de promoção da igualdade de género e cultura de não violência implementado em 14 Escolas e respectivas Comunidades	ICIEG Direção Nacional de Educação	20,000
			19. Homens e meninos em zonas de alta incidência de GBV, do município da Praia, são sensibilizados para a adoção de novas atitudes no relacionamento baseadas no respeito e na não-violência, com recurso a sessões de "Teatro do Oprimido" participativo.	ICIEG ONG's	35,625
			20. "Manual de Boas práticas Jornalísticas no Combate à VBG" divulgados entre os profissionais dos meios de comunicação social para promover a utilização de uma abordagem correta no tratamento das informações sobre VBG e uma linguagem promotora da igualdade de género	ICIEG Rede de Jornalistas de CV	2,250
			21. Campanha nacional para a Igualdade de Género e Fim da Violência realizada para que a população fique melhor informada sobre a Lei de VBG, os mecanismos de apoio às vítimas e de denúncia, e a igualdade de género	ICIEG Comunicação Social ONG's	6,250
		ONU Mulheres	22. Organizações da sociedade civil de homens e de mulheres capacitadas para combater VBG e defesa dos direitos sexuais e reprodutivos e desenvolvem actividades de sensibilização nas comunidades	ICIEG	26,250
			23. Os Centros de Apoio às vítimas de VBG melhoraram seus serviços mediante a capacitação dos técnicos das Casas de direito e a criação do sistema de monitorização da implementação do Fundo de Apoio às vítimas de VBG	ICIEG	14,000
			24. Informações sobre o serviço de saúde prestado às mulheres com deficiência e as mulheres com HIV-SIDA disponibilizadas e divulgadas	ICIEG	20,952
			25. Módulo da VBG atualizado no âmbito da preparação do IDSNIII informações fiáveis e de qualidade sobre a VBG são disponibilizados como resultado do tratamento e análise dos dados administrativos da polícia e da justiça	ICIEG	8,000
			1. Capacidade técnica e institucional de DGDAL e dos Municípios reforçadas através da formação e dotação de instrumentos e modelos de gestão, governação e desenvolvimento local;	ICIEG	10,000
			2. Fórum Internacional sobre o papel da sociedade civil no desenvolvimento local realizado;	ICIEG	150,000
			3. Cimeira sobre a descentralização/regionalização realizada;	ICIEG	150,000
		LINDP	4. 4ª edição das Jornadas de descentralização realizadas visando o reforço de capacidades para a participação e atuação dos eletos locais;	ICIEG	150,000
3.2.1 A qualidade dos serviços a nível local, em particular da educação, saúde, proteção, justiça, emprego, é melhorada com a promoção de intervenções baseadas nos direitos.	3.2.1.1. Reforço das capacidades dos sectores para a prestação de serviços de qualidade, com enfoque nos direitos e necessidades específicas das populações (tal como a integração da saúde mental nos cuidados primários de saúde, proteção da criança incluindo programa de registo a nascença, educação especial, pré-escolar, cuidados e tratamento dos UDS, reinsertão social de reclusos, entre outros)		5. Estudo sobre a intermunicipalidade em Cabo Verde, visando sinergias entre os diferentes Municípios numa perspetiva de melhoria do ambiente de negócios socializado;	ICIEG	150,000
	3.2.1.2. Reforço das capacidades municipais para a planificação e organização e gestão participativa visando a redução das disparidades, incluindo as que afectam crianças e mulheres		6. Plano de desenvolvimento sustentável da ilha de Brava integrado questões de equidade, género, mudanças climáticas e direitos humanos elaborado;	ICIEG	150,000
	3.2.1.3. Reforço das capacidades de planificação e gestão dos actores municipais para o desenvolvimento local equitativo e inclusivo			ICIEG	150,000
	3.2.1.4. Reforço das capacidades locais para a integração das questões de segurança na planificação local, formulação e implementação de programas de policiamento de proximidade, incluindo programas específicos de prevenção da violência nos			ICIEG	150,000

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais 2015 (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Core + Non-core resources)
	espaços educativos	ONU HABITAT	7. Directrizes Internacionais para a Descentralização e Acesso aos Serviços Urbanos de Base para Todos visando preencher os gaps existentes na inclusão da população urbana pobre adaptadas ao contexto do país.	MIREX, MAHOT, ANMICV	30,000
3.2.3 Uma resposta multisectorial às IST/VIH/SIDA, tuberculose e abuso de drogas implementada, focalizada nas populações mais em risco e vulneráveis.	3.2.3.1. Reforço dos mecanismos de recolha de informações e seguimento dos programas IST/VIH/SIDA, Paludismo, tuberculose, com uma atenção particular às populações com comportamentos de risco acrescido 3.2.3.2. Reforço da capacidade de implementação e seguimento dos programas para o acesso universal aos serviços IST/VIH/SIDA/TB e Paludismo, incluindo a atenção psicossocial, com enfoque nos OEV 3.2.3.3. Reforço das capacidades para a concepção e implementação de programas de sensibilização, desestigmatem e tratamento de VIH-SIDA, que dêem uma resposta integrada às populações com comportamentos de risco acrescido, incluindo TPS e UD, e seus parceiros, reclusos, etc. 3.2.3.4. Apoio às actividades de prevenção ao uso de drogas, HIV/SIDA, tuberculose e hepatites nas prisões; 3.2.3.5. Apoio à participação das PWVIH - pessoas vivendo com o VIH - na luta contra a SIDA; 3.2.3.6. Prevenção e Tratamento do HIV entre os usuários de droga, em particular mulheres e jovens 3.2.3.7. Reforço da cobertura da protecção social para as populações mais vulneráveis	UNFPA	1. Associações de populações-chave capacitadas para a implementação das estratégias de proximidade com as populações-chave (TS/UDs/HSH); 2. Seguimento socio-psicológico às PVVIH, incluindo mães e crianças, nos polos de Barlavento e de Sotavento garantido 3. Apoio fornecido à sociedade civil para a implementação de actividades de prevenção VIH no seio dos adolescentes, jovens e população em geral (promoção do uso e preservativos, informação sobre as formas e de prevenção do VIH)	CCS/SIDA	57,550
		UNICEF	4. Apoiada a elaboração do plano de implementação do protocolo de prevenção e tratamento do VIH nas crianças e adultos, e reforçadas as capacidades técnicas 5. Capacidades sobre as novas recomendações da OMS com relação à tuberculose, incluindo a adaptação do guia técnico reforçadas 6. Apoiada a elaboração do manual operacional para a eliminação do paludismo e o seguimento da sua implementação	Ministério da Saúde	10,000
		OMS	7. Capacidades das instituições relevantes governamentais e não governamentais reforçadas em matéria de tratamento e cuidados às dependências com qualidade. 8. Capacidades dos atores relevantes governamentais e da sociedade civil reforçadas em matéria de reinserção social dos Toxicodependentes. 9. Protocolo terapêutico e instrumentos de gestão em matéria de tratamento das dependências elaborados. 10. Programas de Prevenção do Uso de drogas, VIH/SIDA e doenças conexas nas escolas e famílias implementadas no quadro de uma abordagem sustentável da demanda ao consumo		18,000
		ONU DC			
TOTAL PILAR 3					1,602,414



Nações Unidas
CABO VERDE
Juntos na acção

Plano Anual de Trabalho	2015		
PILAR V	Sustentabilidade Ambiental e Adaptação as Mudanças Climaticas		
Agência Líder	PNUD		
Agências Co-Líder	ONU/UN HABITAT		
Agências Participantes	Agência	Orçamento (USD)	%
	OMS	13,000.00	0.2
	FAO	558,500.00	10.2
	UNDP	3,124,333.00	57.3
	UNHABITAT	224,000.00	4.1
	UNICEF	166,101.00	3.0
	UNFPA	25,000.00	0.5
	ONUDI	1,343,776.00	24.6
	TOTAL	5,454,710.00	100.0
Parceiros Nacionais	MDR, DGADR, CARITAS, DG AMBIENTE, DG TURISMO, INMG, MAHOT, MIEM, M CULTURA, ANMCV, PLATAFORMA ONG'S, SNPCB, INGT, MUNICÍPIOS, UNI-CV, ANAS, MS, LEC, INE, GABINETE DE CRISE, DG ENERGIA, ECREEE, DG COMÉRCIO, ORDEM ARQUITETOS, ORDEM ENGENHEIROS, DG ALFÂNDEGAS, ELECTRA, CÂMARAS DE COMÉRCIO, IEPF, UNIVERSIDADES, MTIDE, ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS, CM RIBEIRA BRAVA		



Pelo Governo de Cabo Verde:

Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros

30/03/2015

Data

Pelo Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde:

Coordenadora Residente



30/03/2015

Data

Plano de Trabalho Anual 2015 One UN

PILAR 4 : Sustentabilidade ambiental e adaptação as mudanças climáticas

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Objectivo Anual 2015 (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Recursos Core + Non-core)
<p>Efeito 4.1: As instituições reforçam a governação ambiental e integram os princípios de sustentabilidade ambiental, de mudanças climáticas e redução dos riscos de desastres naturais nas políticas e programas de desenvolvimento nacional e local.</p>	<p>4.1.1. Apoio na melhoria do quadro legislativo e modelo institucional de governação ambiental e sua implementação</p> <p>4.1.1.1. Apoio na melhoria do quadro legislativo e modelo institucional de governação ambiental e sua implementação</p> <p>4.1.1.2. Apoio à implementação e seguimento das convenções dos quadros internacionais (Biodiversidade, Mudanças climáticas e Desertificação) e o Protocolo de Montreal</p> <p>4.1.1.3. Apoiar com mecanismos de integração das questões relativas as Mudanças climáticas e da sustentabilidade ambiental no processo de planificação do desenvolvimento com uma atenção especial as questões de género e dos direitos humanos</p> <p>4.1.1.4. Apoiar na identificação e implementação de medidas de adaptação as mudanças climáticas, prevenção e redução de riscos no ordenamento do território e na planificação urbana</p>	<p>FAO</p> <p>FAO</p> <p>FAO</p> <p>FAO</p> <p>UNDP</p>	<p>1. Capacidades de planificação, de intervenção e de gestão das instituições e dos actores, incluindo as comunidades locais, na gestão das florestas, dos espaços verdes e das arvores, no meio urbano e peri-urbano reforçadas</p> <p>2. Espaços Verdes criados e sua gestão melhorada em em quatro cidades visando a melhoria da qualidade de vida da população urbana e peri-urbana</p> <p>3. Meios de subsistência e a segurança alimentar e nutricional de algumas famílias afectadas pela seca, e a sua resiliência garantidos e protegidos</p> <p>4. Oportunidades de emprego para mulheres e jovens de Chã das Caldeiras, na ilha do Fogo, vítimas de erupção vulcânica criadas através do desenvolvimento de cadeias de valor duráveis de legumes, frutas e animais de ciclo curto</p> <p>5. Plantas de moringa e o seu valor nutricional vulgarizados junto de 3.000 famílias</p> <p>6. Estudos de base para a formulação do projecto: Mainstreaming Biodiversity Conservation into Tourism Development with a further Strengthened Protected Areas System in Cabo Verde elaborados e validados</p> <p>7. Tool-kit para desenvolvimento de ferramentas para a integração efectiva dos riscos e oportunidades das Mudanças climáticas nos processos de planificação, orçamentação e seguimento de programas e planos de acção desenvolvido e disseminado;</p> <p>8. Planos estratégicos dos sectores de agricultura e segurança alimentar (ENSA e PNIA) revistos e integram as dimensões de riscos e oportunidades das mudanças climáticas;</p> <p>9. Projectos demonstrativos comunitários de adaptação às mudanças climáticas implementados nas duas ilhas de intervenção do projecto (Santiago e Santo Antão);</p> <p>10. Pesquisa aplicada sobre espécies de alto valor nutricional e resistentes às condições de seca finalizada e resultados divulgados;</p> <p>11. Diagnóstico sobre utilização de águas residuais tratadas na agricultura finalizado e recomendações para uma política e quadro regulamentar implementadas;</p> <p>12. Inventário e cartografia de pragas e doenças concluído e cadernos para os extensionistas e agricultores sobre mudanças climáticas e novas pragas/doenças e modalidades de gestão finalizados;</p> <p>13. Diagnóstico sobre condições de sucesso/insucesso dos sistemas de captação de água do nevoeiro como estratégia de adaptação às mudanças climáticas finalizado e resultados divulgados;</p> <p>14. Estratégia de comunicação para o desenvolvimento e divulgação dos resultados das pesquisas aplicadas junto dos agricultores desenhado e implementado junto dos serviços de extensão rural das delegações</p> <p>15. Programas de sensibilização e educação sobre segurança alimentar e mudanças climáticas divulgados nas rádios comunitárias, radio educativa e associações comunitárias;</p> <p>16. Estudo sobre a vulnerabilidade física das infraestruturas perante riscos das mudanças climáticas e inventário das infraestruturas rurais, em pelo menos um ilha, completada e sistematizada</p>	<p>MDR-DGADR</p> <p>MDR</p> <p>MDR</p> <p>CARITAS</p> <p>DGA-DGT</p> <p>MDR</p>	<p>150,000</p> <p>250,000</p> <p>150,000</p> <p>8,500</p> <p>102,123</p> <p>1,000,000</p>

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Objectivo Anual 2015 (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Recursos Core + Non-core)
		<p>UNDP</p>	<p>1. Quadro regulatório e mecanismo institucional para a produção e recolha de dados em todos os sectores para o inventário sistemático de Gases de efeito de estufa no quadro da convenção CQNUMC/UNFCCC elaborados e aprovados;</p> <p>2. Capacidades do INMIG para a análise, previsão e desenvolvimento de cenários sobre as mudanças climáticas e os seus impactos nos diferentes sectores (downscaling and forecasting) são reforçadas;</p> <p>3. Capacidades nacionais para a formulação e análise de viabilidade de NAMAs sectoriais (National Appropriate Mitigation Action) reforçadas;</p> <p>4. População urbana sensibilizada sobre a resiliência urbana, os resíduos sólidos, reciclagem, espaços verdes (plantação de árvores, com criação de espaços de lazer) e eficiência energética;</p> <p>5. Guias e manuais de boas e más práticas sobre a construção, particularmente nos assentamentos informais produzidos e divulgados;</p> <p>6. Quadro jurídico regulamentar aplicado às construções civis revisito e alterações aplicadas;</p> <p>7. Capacidades e conhecimento das autoridades municipais para a integração da redução de riscos e resiliência nos planos e estratégias urbanas reforçadas;</p> <p>8. Informações e instrumentos de comunicação sobre a redução do risco e práticas de resiliência nas cidades produzidos e amplamente divulgados;</p> <p>9. Capacidades técnicas municipais e sectoriais em avaliação de necessidades post-desastres a partir da metodologia PDNA reforçadas;</p> <p>10. Instituições locais e os seus técnicos capacitados para a avaliação de danos e perdas e o registo e sistematização das informações sobre os desastres, seus efeitos e impactos;</p> <p>11. Actores locais e nacionais sensibilizados sobre a necessidade de preparação ex-ante do quadro de recuperação post-desastre;</p> <p>12. Avaliação reconstrutiva dos processos de recuperação ao nível municipal ou de ilha realizada e lições aprendidas identificadas e divulgadas;</p> <p>13. Vulnerabilidade perante riscos de desastres avaliada em 1-2 municípios piloto recentemente afectados por desastre;</p> <p>14. Apoio técnico disponibilizado para a elaboração duma avaliação de risco urbano, centrado nos perigos de movimentos de massa e inundações, em um município piloto a ser identificado;</p> <p>15. Plano de reforço de capacidades das instituições locais e sectoriais sobe preparação para uma recuperação post-desastre sustentável elaborado e implementação iniciada;</p> <p>16. Planos de recuperação post-desastre sustentável elaborados para 1-2 municípios piloto</p> <p>17. Apoio técnico disponibilizado aos municípios mais afectados pelas inundações para a elaboração de planos de recuperação.</p>	<p>INMIG</p> <p>MAHOT MREM MC ANMCO Plataforma ONGs</p>	<p>250,000</p> <p>224,600</p>
<p>4.1.2.1. Apoio aos programas de urgência e de controlo das epidemias, doenças, pragas e fenómenos climáticos extremos;</p> <p>4.1.2.2. Apoio à elaboração e implementação do</p>		<p>UNDP</p>		<p>SNPCB & INGT-MAHOT (Municipios/ANMCO/UNMCO/ANAS)</p>	<p>307,210</p>

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2015	Agência	Objectivo Anual 2015 (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Recursos Core + Non-core)
<p>4.1.2 As capacidades das instituições centrais e locais são reforçadas para a concepção, implementação, seguimento e avaliação de políticas e programas de gestão ambiental, e de prevenção e resposta aos desastres naturais sensíveis ao género, às crianças e à juventude.</p>	<p>Plano Nacional de Educação Ambiental e Programas de formação profissionalizante no domínio ambiental;</p> <p>4.1.2.3. Reforço das capacidades sectoriais na formulação de políticas e programas de gestão dos recursos naturais e prevenção, redução e resposta aos desastres, incluindo enfoque na integração do género e questões das crianças/jovens;</p> <p>4.1.2.4. Reforço aos Sistemas Nacionais de Estatística Ambiental, Informação Ambiental (SIA) e Água;</p> <p>4.1.2.5. Apoio à implementação de Programas estratégicos: PAGRRI, PANIA II, NAPA, NAMMA, Plano Nacional de Saneamento</p>	<p>OMS</p>	<p>18. Quadro institucional para o registo, partilha e disponibilização de dados sobre desastres, seus efeitos e impactos, definido e adoptado como base para a implementação do Observatório Nacional de Desastres;</p> <p>19. Avaliação custo-benefício de um processo de recuperação post-desastre sem planificação e/ou preparação ex-ante realizada e resultados divulgados;</p> <p>20. Diagnóstico sobre os mecanismos para uma financiamento sustentável de recuperação post-desastre realizada;</p> <p>21. Plano de contingência nacional sobre preparação para a recuperação sustentável post-desastres revisto com uma "lente" de preparação para uma recuperação sustentável.</p>	<p>Ministério da Saúde</p>	<p>13.000</p>
		<p>UNDP</p>	<p>22. Capacidades nacionais de gestão das crises e dos riscos para a saúde associados às urgências e catástrofes reforçadas;</p>		<p>70.000</p>
		<p>UNICEF</p>	<p>23. Vulnerabilidade física perante riscos de desastre avaliada ao nível nacional para os perigos de inundações, seca, movimentos de massa, vulcanismo, sismologia, incêndios florestais e epidemias.</p> <p>24. Avaliação da vulnerabilidade sísmica e vulcânica das infraestruturas críticas nas ilhas de Fogo, Brava e Santo Antão elaborada e publicada;</p> <p>25. Sistema de seguimento e recolha de dados entomológicos criado e actores locais e comunitários capacitados para o seu seguimento e integração no sistema nacional de informação de riscos</p>		<p>166.101</p>
		<p>UNFPA</p>	<p>26.. Estudo de vulnerabilidade socio-económica perante os riscos de desastres, sensível às crianças e o género elaborada e publicada;</p> <p>27. Plataforma do Observatório Nacional de Desastres criada e funcional;</p> <p>28. Rede de monitorização sísmica de Cabo Verde reforçada e funcional graças à aquisição e instalação de 3 sismógrafos;</p> <p>29. Informações de base (sobre perigos, vulnerabilidade e risco) e metodologias sistematizadas e disponibilizadas em forma de orientações práticas para a revisão dos Planos de Emergência Municipais</p> <p>30. Plataforma do SNIR (sistema nacional de informação de riscos) desenvolvida e informações (dados, resultados da modelação e cartografia de perigos e de vulnerabilidade) sistematizadas e disponibilizadas para os sectores;</p> <p>31. As capacidades dos técnicos nacionais em modelação de perigos e avaliação de riscos são reforçadas com a montagem de programas de formação contínua e de post-graduação;</p> <p>32. Capacidades técnicas para a utilização das informações sobre perigos e riscos na planificação sectorial, local e urbana são reforçadas</p>	<p>INGT/MAHOT (SNPCB, Municipios/ANIMCV, LEC, INIMS, UNICV, INE)</p>	<p>25.000</p>

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Objectivos Anuais 2015 (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Recursos Core + Non-core)
		UNDP	<p>33. Coordenação do processo de emergência e recuperação post-desastre da ilha do Fogo é reforçada;</p> <p>34. Plano de recuperação pós-erupção da ilha do Fogo elaborado e avaliado de forma sistematizada;</p> <p>35. Plano de recuperação pós-erupção dos meios de vida locais elaborado;</p> <p>36. Necessidades post-desastre multi-actores e multi-parceiros com recurso e adaptação das metodologias do Post Disaster Needs Assessment (PDNA) realizada e apoio técnico e logístico disponibilizado</p> <p>37. Danos e perdas nos sectores da habitação, infra-estruturas, agricultura e turismo ao nível da ilha do Fogo avaliados e os resultados publicados;</p> <p>38. Sector de educação e centros de acolhido reforçados para fazer face a necessidades educativas em situação de emergência e para os deslocados de Cha das Caldeiras.</p>	<p>Gabinete Crise/ Primeiro Ministro</p> <p>INGT SRFCB MDR MIEM ANAS</p>	150,000
<p>4.1.3 Planificação e implementação de políticas</p>	<p>4.1.3.1. Fortalecimento da política nacional e dos quadros institucionais, através da integração do acesso à energia nas estratégias nacionais de desenvolvimento, de redução da pobreza e planos de desenvolvimento de baixo carbono;</p> <p>4.1.3.2. Apoio à definição legislativa, formulação e implementação de políticas de crescimento verde, eficiência energética, baixo carbono e produção mais limpa;</p>	ONUDI	<p>1. Projectos demonstrativos de Energias Renováveis elaborados e implementados em seis ilhas: S. Nicolau, Brava, S. Vicente, Sal, Santiago e S. Antão;</p> <p>2. Oportunidades de investimento em projectos de Energias Renováveis identificadas e respectivos estudos de viabilidade realizados;</p> <p>3. Quadro legal, Estratégia e Plano de Acção para o desenvolvimento do um mercado de pequenos e médios sistemas de energias renováveis desenvolvido e em implementação;</p> <p>4. Consultores e quadros nacionais ligados ao Sector das Energias Renováveis capacitados em HOMER / RETScreen, COMFAR III, Sistemas para Electrificação Rural, Energias Eólicas e Certificação em Energias Sustentáveis;</p> <p>5. Estudo sobre Sistemas de Energias Renováveis descentralizados realizado;</p> <p>6. Ao menos 17 projectos de sistemas de iluminação solar implementados através de uma parceria com a Philips</p> <p>7. Staff e Consultores da ECREE melhor capacitados na área das Energias renováveis e Eficiência Energética com a realização de formações em Comunicação, Mudanças Climáticas, Gestão de Projectos, Sogás, etc.;</p> <p>8. Fundo da CEDEAO para as Energias Renováveis reforçado com assistência técnica e fundos;</p> <p>9. Observatório de Energias Renováveis e Eficiência Energética (ECOMREX) operacional;</p> <p>10. Programa de Energia Sustentável para todos é implementado pela ECREE na CEDEAO (S&AALL - Sustainable Energy for All)</p>	<p>Direção Geral de Energia</p> <p>ECREEE</p>	826,719 517,057

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Objectivo Anual 2015 (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Recursos Core + Non-core)
de crescimento 'verde' apoiadas nas energias renováveis e no uso eficiente dos recursos para um desenvolvimento de baixo carbono e uma produção mais limpa.	<p>4.1.3.3. Melhorar as capacidades técnicas para a implementação de estratégias de gestão de resíduos;</p> <p>4.1.3.4. Apoio à promoção e aplicação de tecnologias para a energia solar, energia eólica e bioenergia, para maior eficiência energética a níveis doméstico e institucional;</p> <p>4.1.3.5. O documento de projecto de integração da conservação da biodiversidade no desenvolvimento do sector turístico e nas operações turísticas e do sector das pescas é elaborada e submetido ao Secretariado do GEF para a sua aprovação</p>	UNDP	<p>11. Estudo de base para a revisão dos códigos de construção e desenho do código de construção de eficiência energética, através da identificação e classificação da tipologia de edifícios, da recolha e análise dos dados e avaliação da stringency do código, é elaborado e publicado;</p> <p>12. Programa de Standards & Etiquetas para os electrodomésticos elaborado em sinergia com orientações regionais (CEDEAO) e acordos de convergência normativa com a UE e implementação apoiada</p> <p>13. Sistema de etiquetagem informativa para os electrodomésticos desenvolvido e divulgado ;</p> <p>14. Avaliação sobre o sistema mais eficiente para testagem de cada equipamento realizada e resultados publicados;</p> <p>15. Importadores, consumidores, e outros actores do sector capacitados e sensibilizados sobre as características dos produtos e seus efeitos sobre o ambiente;</p> <p>16. Sistema de incentivos e programa de substituição de equipamentos ineficientes desenhado e funcional;</p> <p>17. Projectos demonstrativos de medidas de eficiência energética em edifícios públicos pre-identificados, avaliados e implementados a partir de uma processo de avaliação competitiva;</p> <p>18. Programa de formação e certificação para actores do sector da construção e electricidade em auditorias energéticas, certificação e arquitectura e construção bioclimática e sustentável desenhado e operacionalizado;</p> <p>19. População nacional sensibilizada sobre o uso de equipamentos electrodomésticos eficientes e amigos do ambiente</p>	<p>DGE (DG.Comercio; LEC; Ordem dos Arquitectos; Ordem dos Engenheiros; D.G.Afandegas; DG.Ambiente; ELECTRA; Câmaras de Comercio; Universidades; IEFP)</p>	505,000
		UNDP	<p>20. Estratégia para economia verde elaborada e publicada;</p> <p>21. Instituições públicas e privadas reforçadas para identificação de oportunidades de "green Jobs"</p>	MTIDE	70,000
		UNDP	<p>22. Capacidades nacionais para a identificação de medidas apropriadas de mitigação das emissões de gases a efeito de estufa são reforçadas;</p> <p>23. Planos sectoriais nacionais de medidas apropriadas de mitigação dos gases com efeito de estufa (NAMAS) e INDC (Intended Nationally Determined Contributions) são elaborados e submetidos ao registo do UNFCCC</p>	DGA-DGE	34,000
Efeito 4.2: As instituições públicas e privadas adoptam uma abordagem holística de conservação e proteção dos habitats críticos e da biodiversidade, e utilizam de forma sustentável os recursos naturais para um crescimento inclusivo.					

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Objectivo Anual 2015 (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Recursos Core + Non-core)
<p>4.2.1. As instituições nacionais têm capacidades melhoradas para a concepção e implementação de estratégias e planos de ação para a preservação dos recursos naturais, da biodiversidade e reabilitação dos habitats e dos ecossistemas críticos.</p>	<p>4.2.1.1. Criação e implementação das reservas da biosfera;</p> <p>4.2.1.2. Consolidação do sistema das áreas protegidas;</p> <p>4.2.1.3. Apoio ao desenvolvimento e implementação de políticas de conservação da biodiversidade marinha e terrestre, incluindo habitats sensíveis;</p> <p>4.2.1.4. Apoio na elaboração e implementação de uma estratégia de gestão e valorização dos recursos marinhos e costeiros;</p> <p>4.2.1.5. Integração da proteção da diversidade biológica, uso sustentável e a prova do clima dos recursos terrestres e água nas indústrias imobiliária e de turismo;</p> <p>4.2.1.6. Elaboração do Plano Nacional de exploração sustentável de inertes;</p>	<p>UNDP</p>	<p>1. Projeto de Consolidação das Áreas Protegidas de Cabo Verde avaliada e relatório publicado;</p> <p>2. Sistema nacional de sinalização das áreas protegidas é criado e aprovado;</p> <p>3. Normativas dos planos de gestão de 14 áreas protegidas aprovadas e publicadas</p>	<p>DGA-DGT</p>	<p>70,000</p>
<p>Efeito 4.3: As comunidades locais e a sociedade civil têm uma maior capacidade de advocacia ambiental e formulam, implementam e avaliam projetos comunitários de gestão durável dos recursos naturais.</p>					
<p>4.3.1 O empoderamento socioeconómico das populações vulneráveis, especialmente as mulheres e os jovens, é melhorado com a promoção de práticas inovadoras de uso sustentável dos recursos naturais.</p>	<p>4.3.1.1. Reforço das capacidades das comunidades na valorização e gestão das áreas florestais</p> <p>4.3.1.2. Apoio a programas de promoção socioeconómica das populações vulneráveis, com enfoque nas mulheres e jovens para o uso sustentável dos recursos naturais e de eliminação das práticas nefastas ao ambiente;</p> <p>4.3.1.3. Apoio a programas específicos dirigidos às mulheres e jovens no uso sustentável de terras agrícolas e da água;</p> <p>4.3.1.4. Reforço/criação de programas sustentáveis de reconversão das atividades de ocupação das mulheres na extração de inertes</p>	<p>UNDP SGP/GEE- UNOPS</p> <p>UNDP</p>	<p>1. Intervenções do SGP melhoram a conservação e sustentabilidade, uso e gestão de recursos naturais através da implementação de abordagens de base comunitária nas paisagens terrestres/marítimas em aproximadamente 15 comunidades locais;</p> <p>2. Medidas práticas anti-erosão incorporadas projetos comunitários para reduzir a desertificação e reforçar a resiliência às mudanças climáticas nas áreas protegidas e suas zonas de amortecimento</p> <p>3. Soluções de acesso à energia comunitária de baixo teor de carbono aplicadas com sucesso em 5 comunidades rurais</p>	<p>Associações comunitárias</p>	<p>500,000</p>
<p>Total Pilar 4</p>					<p>5,454,710</p>